

Linguagem jornalística, estranheza e referência

João Carlos Correia
Universidade da Beira Interior

I

A estratégia escolhida para este texto começa por dar conta de algumas das dificuldades que se relacionam directa ou indirectamente com a emergência recente de um leque vasto de transformações identitárias e sistémicas que se tornaram uma característica importante das sociedades actuais. Tais transformações são resultantes dos processos vigentes na modernidade tardia que conduzem ao aumento da fragmentação cultural e do pluralismo social.

Seguidamente, apresenta-se o conceito de mundo da vida essencial para a compreensão dos fenómenos identitários, em especial no que respeita à problemática da sua relação com a identidade.

Finalmente, chama-se a atenção para as potencialidades democráticas do jornalismo, relevantes ao nível da linguagem utilizada, indutora de possibilidades de permear o contacto entre identidades diversificadas e entre o mundo da vida quotidiana e outras realidades mais complexas.

Dá-se, pois, conta da linguagem jornalística enquanto elemento de intermediação entre diversas províncias finitas de significado, que confere ênfase a uma vivência pós-convencional das identidades ao mesmo tempo que permite o diálogo entre realidades

múltiplas dotadas de racionalidades específicas e de modelos cognitivos diversificados,

II

O tema das identidades cruza-se com a análise dos *media*, designadamente com a análise dos efeitos produzidos pelos dispositivos tecnológicos de mediação, a diversos níveis.

É fácil descortinar articulações entre as formas de pensar a sociedade e analisar as identidades, por um lado, e os estudos sobre jornalismo, por outro. A concepção do sujeito como consumidor passivo das mensagens é naturalmente acompanhada pela ênfase dada à força coesiva do campo jornalístico; a importância conferida à adaptação na formação da personalidade acompanha uma análise do jornalismo efectuada em função da sua capacidade de contribuir para a maior coesão ou funcionalidade sociais; a crença na existência de formas de sociabilidade que favorecem o debate argumentativo sobre as questões de interesse colectivo ou as teorias que reconhecem a dimensão plural da construção da realidade constituem um ponto de saída para as visões unilaterais que realçam a capacidade hegemónica dos meios de massa em geral e do jornalismo em especial.

Genericamente, concepções deterministas da sociedade e da cultura originam concep-

ções deterministas do papel desempenhado pelo campo jornalístico. Ao invés, concepções pluralistas da sociedade e da cultura terão o seu correlato em visões semelhantes sobre o jornalismo, no funcionamento do respectivo campo, na recusa da sobre-determinação da linguagem pelos imperativos organizacionais e sistémicos, na emergência de posições negociadas entre os emissores e as audiências.

Se tivermos em conta uma abordagem dos efeitos de longo prazo, não é possível deixar de encarar os enunciados jornalísticos como recursos simbólicos com um considerável impacto no reforço e até na construção das identidades. Mas, simultaneamente, terá de se admitir que a emergência das identidades, com a sua capacidade de induzir fragmentação, funciona como um elemento que produz, com frequência, contextos hermenêuticos diversificados difíceis de compatibilizar com concepções rigidamente unilaterais e deterministas das audiências na relação interpretativa com esses mesmos enunciados. Assim, é impossível negar a importância da linguagem jornalística na formação das concepções do mundo, na construção dos consensos sociais, na percepção dos desafios inerentes ao ambiente social envolvente, na criação de espaços de estabilidade e segurança, na determinação da experiência identitária. Porém, terá de simultaneamente de se ter em conta o modo como o campo jornalístico, seja ao nível organizacional, seja ao nível da linguagem, reflecte uma visão complexa dos conflitos de interesses e das desigualdades nas relações de poder e de dominação nas sociedades complexas.

III

A noção de identidade encerra, em simultâneo, a ideia de semelhança e de diferença, que constitui o núcleo da problemática social. As relações sociais devem ser entendidas de uma forma dualista. A harmonia, a cooperação e a união são acompanhadas pela concorrência e pela repulsão, pelas forças individualistas e irregulares que atravessam a sociedade. A sociedade estabelece-se de acordo com polaridades ideais como sejam a imitação *versus* a distinção, a integração *versus* a oposição, a aproximação *versus* a distanciação (Vanderberghe, 1997: 117-118; Simmel, 1994: 88-126). A identidade, por isso, oscila constantemente entre aquilo que nos torna idênticos e aquilo que nos faz únicos. No acto comunicativo, o actor social emerge como idêntico aos seus pares e ao mesmo tempo, único, diferente dos outros.

Na pré-modernidade, a identidade era algo que não era objecto de problematização. O indivíduo estava estruturado por instituições a que obedecia e que se mantinham sólidas e inabaláveis: a comunidade em que se inseria, a tradição cultural em que se inscrevia, a família em que dera os primeiros passos na sua socialização. Um primeiro tipo caracterológico específico desta forma de socialização expressa-se, seguindo a tipologia de Riesman, no homem dirigido pela tradição (Riesman *et al.*, 1961: 9 e seguintes). As pessoas pré-modernas acreditavam que o seu destino era o resultado de um poder que as transcendia. Esta fixação *a priori* de um *telos* indiscutível tornava impossível considerar a contingência como fazendo parte do núcleo da identidade (Heller, 1999: 34).

Nas sociedades estratificadas, as identida-

des integram o todo homogéneo constituído pela realidade social e cultural, cuja construção cabe em exclusividade a uma dada elite social, detentora das competências necessárias ao desenvolvimento de uma narrativa teológica que ditava o destino dos agentes sociais.

Esta condição alterou-se profundamente na modernidade, quando o sujeito ocupou a centralidade de todas as questões. Poderíamos, abreviadamente, continuando a seguir a mesma tipologia de Riesman, falar de um segundo tipo – o tipo auto-dirigido, que se constitui como paradigma das identidades modernas na longa caminhada que vai da Renascença ao Século XIX (Riesman *et al.*, 1961: 14 e seguintes). É o momento da formação da perspectiva humana, da afirmação do individualismo burguês, seguida posteriormente pelo primado da razão, da consolidação do espírito capitalista com o seu corolário nos séculos XVIII e, em especial, no século XIX. As instituições modernas diferem de todas as formas de ordem social precedentes no que diz respeito ao seu dinamismo, ao grau de erosão dos hábitos e costumes tradicionais e à universalização das suas consequências.

Quando se verifica a consolidação do desenvolvimento capitalista e da sociedade de consumo de massas, David Riesman considera a existência de um terceiro tipo caracterológico chamado altero-dirigido, especialmente dirigido para a aprovação dos outros (Riesman *et al.*, 1961: 17 e seguintes). O que é comum aos tipos altero-dirigidos consiste em que os seus contemporâneos são a sua principal fonte de direcção, sejam esses contemporâneos aqueles com os quais se relacionam directamente ou aqueles com os quais entram em contacto indirectamente através

dos *media*.

Sucessivas escolhas filosóficas ou sociológicas irão falar do conformismo da sociedade de massa. Critica-se a linha de produção, o industrialismo, a técnica, os *mass media* e o empobrecimento da criatividade e da individualidade. A identidade parece, nesta abordagem, definir-se pela imitação do que é socialmente correcto. David Riesman procede a uma arrumação conceptual que, como reconhece o próprio Max Horkheimer, parece seguir a análise formulada pela Escola de Frankfurt (Wiggershaus, 2002: 460). Porém, como a maioria das abordagens que seguiram o modelo da crítica à sociedade de massas, quer os *frankfurtianos* quer Riesman ignoraram a totalidade das tensões contraditórias que o capitalismo introduzia ao provocar a corrosão dos costumes e tradições. O tipo caracterológico altero-dirigido, tal como é apresentado, não esgota os mecanismos culturais e de socialização que a modernidade tardia iria consolidar ou fazer emergir. Ao lado do tipo altero-dirigido, surge uma deriva que se traduz na afirmação da autenticidade e da originalidade individuais. A forma reificada de busca da aprovação social tão visível no ambiente cultural da sociedade de consumo dos anos 50 é apenas uma das formas possíveis de afirmação da subjectividade individual.

IV

Para além destas transformações, emerge, desde o século XIX, um quarto tipo caracterológico sem que a sua importância fosse logo detectada em classificações mais marcadas pelo espírito moderno. Este tipo novo é muitas vezes identificado com a pós-modernidade. Porém, a sua longevidade his-

tórica e cultural está provada pelas impressões deixadas na obra de um Simmel (1984), de um Alfred Schutz (1962), de um Benjamin (1987). Encontramo-lo já, no plano literário em sensibilidades estetizantes como as de Rimbaud, Baudelaire e Wilde e, mais perto de nós, em Musil. Esta nova sensibilidade acentua uma nova ideia de sujeito que passa pela criação auto-experimental, entendida como um aprofundamento da liberdade em detrimento dos vínculos sociais e normativos.

Este tipo caracterológico identifica-se com a forma de experimentar o *self* como algo completamente aberto à mudança. Cultiva a ausência de raízes. Vive da recusa dessas raízes ou escava, à sua volta, em busca delas, incitado pela sensação penosa que a ausência de tradições e de horizontes significativos produz.

De acordo com a definição que dá de si mesmo ou com as teorias que expressamente se lhe referem, surge como um produtor de significado independente dos horizontes onde coexiste com os seus semelhantes. Ainda burguês, mas excêntrico e boémio, tem um dos seus ícones na imagem do *flâneur* e alimenta-se do poder transformador das máscaras e da moda. O novo tipo caracterológico foge às classificações definitivas. As transformações introduzidas pelo Iluminismo, objecto de uma radicalização recente na modernidade tardia, têm a ver sobretudo com a ausência de um *telos* inerente à condição humana: a existência passa a ser um conjunto aberto de possibilidades que implicam uma decisão (Sartre, 1999: 49). Nas novas condições abertas pela modernidade, pode dizer-se: é-se sendo, o que faz de cada uma das nossas maneiras de ser, estilos de vida e situações biográficas algo que podia

ser, sempre, de outro modo. Tal novo tipo descobre nas aventuras do *self* em busca de si (experiências estéticas, êxtases induzidos, mutações de estilo de vida, recurso à moda e ao vestuário como forma de infringir fronteiras sociais e culturais) a chave que lhe permite ao mesmo tempo ser ele próprio e poder ser de um outro modo.

Finalmente, descobre-se a co-presença de todos estes tipos caracterológicos. Eles estão todos presentes nesta época que dizemos “nossa”. Assiste-se a poderosas expressões da identidade que incorporam movimentos “pró-activos” que contribuem para a transformação das relações humanas ao seu nível mais essencial como o feminismo e o ambientalismo. Assiste-se, também, a uma gama vasta de movimentos reactivos que cavam a sua resistência em termos de em defesa de Deus, da Nação, da Etnia ou da Religião (Castells, 2003: XXII). Constata-se, ainda, a existência de afirmações identitárias que resultam de novas trincheiras erigidas em torno de definições simbólicas de grupo, relacionadas com o género, a orientação sexual, a geração ou a partilha de símbolos (iconográficos, textuais ou outros) ou até de uma fuga sem fim a toda e qualquer ideia de classificação identitária. Assiste-se a uma heterotopia que substitui a utopia, numa voragem de liberdade através da fuga às formas mais passivas de constituição do sujeito, classificadas nalguns horizontes teóricos como sendo “reificação” (cfr. Vattimo, 1992).

Esta situação “pós-moderna” pode ser multiplicada, por sua vez, em manifestações diversificadas. Nas sociedades fragmentadas, muitas novas formas de pensar e de afirmar a identidade são a mistura de muitos tradições. Capitéis Jónicos, roupas orien-

tais, cortes de cabelo afro ou asiáticos, casas de *estilo* colonial, pirâmides de *Las Vegas* (já tão conhecidas como as de Gizé) não são experimentadas como verdadeiras pirâmides, autênticas roupas orientais ou genuínos capitéis helénicos. São lançados numa mistura de estilos nos quais se joga simultaneamente uma estratégia de paródia e de simulação. A interdependência global e a presença ubíqua da diversidade criaram uma situação diversa marcada pelo recurso constante à citação e à auto-ironia, e pela consciência marcante dessa diversidade. Há desejos de identidade que parecem afirmar-se por uma espécie de “faz de conta” em que o “vamos fazer à maneira de x” se torna um substituto de “somos x”. Noutras manifestações, gera-se, paradoxalmente, um desejo obsessivo de tradição e de fundamento que pode conduzir à submersão do sujeito numa forma regressiva de comunidade, em que a tradição se funde com um desejo de exclusão.

V

A análise da constituição das identidades implica uma remissão, que se afigura relativamente óbvia, para os processos de transmissão cultural, de transmissão de expectativas e de formação da personalidade. Uma parte importante da densidade sociológica do processo identitário tem o seu coração e cerne na problemática expressão “mundo da vida”

“Mundo da vida social”, “mundo do senso comum”, “mundo da vida quotidiana”, ou “mundo quotidiano” acabam por ser expressões variantes para o mundo experimentado pelo agente social. Evidencia-se antes de mais como um mundo intersubjectivo co-

mun a todos, no qual predomina não o interesse teórico mas um interesse fundamentalmente prático e que, por isso, se oferece primeiro a uma abordagem pragmática e só secundariamente, a uma atenção reflexiva (Schutz, 1976: 72).

Neste mundo da vida social e cultural, a sua realidade é tida como certa pelos homens comuns que o integram. “É um mundo que se origina no pensamento e na acção dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles” (Berger e Luckman, 1973: 36). A atitude cognitiva típica do actor é a atitude natural a qual toma como dado o mundo existente e as suas leis, o qual implica uma certa familiaridade e uma certa “tipicidade”. Quando se refere a familiaridade do mundo, alude-se ao seu carácter de tido por adquirido – *taken for granted* na expressão schutziana – que lhe é atribuído pelos agentes sociais e graças ao qual se confia em que o reportório de conhecimentos transmitido pelos antecessores e formado pelas experiências continuará a preservar a sua validade fundamental (Schutz e Luckmann, 1973:7).

Quando se alude à característica da “tipicidade”, entende-se o facto de os agentes sociais reproduzirem rotineiramente, na atitude natural, as condições dessa realidade. Na análise a que se procede do mundo da vida, “o mundo e os seus objectos individualmente considerados são sempre pré-organizados por actos de experimentação prévia dos mais diversos tipos” (Schutz, 1962: 94). A actividade da consciência é tipificadora porque cada experiência do actor ocorre dentro dum horizonte de familiaridade e pré-conhecimento proporcionando um reportório de conhecimentos disponíveis cuja origem é fundamentalmente social. Os sujeitos aproximam-se do mundo com re-

curso a esquemas hermenêuticos organizados de acordo com as experiências do seu passado. Prevalece a certeza de que o mundo da vida é um pressuposto que existe antes de cada agente social específico e vai continuar depois de este desaparecer.

VI

Segundo as hipóteses estudadas por Schutz (1962), Berger e Luckmann (1973), as realidades múltiplas ou âmbitos de significado finito são ordens de realidade dotadas de critérios de significação específicos e que, a qualquer momento dado, têm um especial estilo de ser que é característico apenas de si próprias. A título de exemplo, podem citar-se o mundo dos objectos físicos, o mundo da ciência, o mundo das relações ideais, os vários mundos sobrenaturais como sejam os da mitologia e da religião, o mundo dos visionários, dos utópicos e dos loucos, o mundo da reflexão cívica, da reflexão especulativa, as várias formas de vida marcadas por tradições específicas, etc. De entre estas realidades, há uma que se apresenta como província padrão e que é referida como sendo “a realidade por excelência”: trata-se do mundo da vida também chamado mundo da realidade quotidiana cuja posição privilegiada autoriza a dar-lhe a designação de realidade predominante (Berger e Luckmann, 1973: 38). A transição entre estes diversos âmbitos de significado finito opera-se através de um choque graças ao qual se transcendem os limites do que é considerado real dentro de cada um. Por exemplo, o sobressalto que desperta o sonhador é um choque que o faz entender que os gigantes – verdadeiros no âmbito de significado finito do devaneio do sonhador – são, no âmbito de significado finito do mundo quotidiano, apenas moinhos

de vento. Passa-se o mesmo na experiência religiosa, na experiência estética, na experiência imaginária do faz-de-conta em que um ruído que interrompe certos pensamentos e devaneios íntimos e nos desperta para a quotidianidade (cfr. Schutz, 1962: 231). A consciência de um actor lê o universo de uma forma que implica transitar entre estados particulares da realidade, por meio de diferentes atitudes e estados de consciência, partindo e regressando desde e para o mundo da vida quotidiana, o tranquilo mundo das evidências quotidianas, que se torna o ponto de partida e de chegada dessas transições.

A teoria das realidades múltiplas, apesar de se constituir como uma proposta antropológica mais vasta, indica um percurso analítico rigoroso sobre a contingência nas sociedades complexas, que pode, como se terá oportunidade de verificar no capítulo seguinte, ser aplicada ao universo dos enunciados jornalísticos. Enquanto o mundo da vida quotidiana comunica entre si através de signos – entendidos como artefactos culturais que encontram o seu significado dentro desta província de significado finito – há outras províncias de significado finito que só encontram o seu significado fora da esfera da vida quotidiana. Por isso, utilizam linguagens próprios mais esotéricas compostas por artefactos culturais diferentes dos usados na vida quotidiana.

Por isso, as ordens simbólicas especializadas tendem a desenvolver a sua particular interpretação da sociedade e da natureza, com o auxílio de especialistas, peritos, estilos cognitivos e modelos de relação com o mundo que lhe são próprios. Tais ordens simbólicas geraram formas também elas específicas de olhar para fora a partir do interior de si mesmas, a partir de critérios que

têm a sua raiz no interior de si próprias. Porém, este pólo da questão seria forçosamente unilateral e ineficaz se não fossem tidas em conta os horizontes mais vastos que transcendem a forma de olhar de cada realidade sócio-cultural. Tal implica a consciência do carácter relativo de cada olhar específico sobre o mundo.

A teoria das realidades múltiplas ao chamar a atenção para a pluralidade de estilos cognitivos descobre a possibilidade de estudar formas de racionalidade diversas. Com efeito, há espaços diferenciados e que são necessariamente possuidores de um olhar próprio. O senso comum é espontâneo e potencialmente inteligível por todos. A ciência implica a intervenção de uma forma de racionalidade especializada dotada de métodos específicos compartilhados apenas por aqueles que possuíram uma formação específica e o acesso às instituições responsáveis pelo saber que lhe é específico. As várias formas culturais possuem sacerdotes específicos. Cientistas e médicos criam formas de classificar que lhe são próprias. Cada uma destas províncias da realidade é, no entendimento de Schutz, uma província de significado finito. Ora, a potencialidade democrática dos *media* e dos enunciados jornalísticos reside na sua ambição de ultrapassarem as barreiras semânticas familiarizando o cidadão comum com outros cidadãos comuns que usam uma lógica e uma gramática próprias da sua tradição ou com outras províncias de significado cujas lógica e gramática são precisamente distintas da do homem comum.

O esoterismo das linguagens especializadas feitas a pensar naqueles que dispõem de um monopólio de saber confronta-se com o exoterismo da linguagem vulgar e quoti-

diana e com as potencialidades democráticas da linguagem jornalística, caracterizada, também ela, pelo exoterismo e pela possibilidade de estabelecer pontes entre espaços cognitivos ou identitários diversificados.

A atitude cognitiva própria do mundo da vida é a atitude natural, o reconhecimento da familiaridade e da tipicidade, a forma natural de olhar o mundo como algo de quotidiano que não encerra segredos para o homem comum. Porém, a pluralidade de realidades sociais e culturais implicam a abertura à diferença. Traz em consigo um certo cosmopolitismo e um espaço de desenraizamento em relação ao mundo quotidiano. Como fazer com que esse desenraizamento se processe sem consequências dramáticas?

VII

O enunciado jornalístico é um dos dispositivos simbólicos que dá a resposta a este problema. Cada vez mais, os seres humanos agem em relação à realidade com base no significado que lhe atribuem. A linguagem dos *media* e a linguagem efectivamente praticada no campo jornalístico desempenha um papel fundamental na experiência que temos do mundo. O enunciado jornalístico e a linguagem que lhe é própria reflecte os processos de socialização e de integração do mundo da vida mas também transporta consigo as tensões e contradições de uma sociedade marcada pelo ritmo do aumento inusitado da complexidade. Entendido num sentido bem preciso, a linguagem jornalística está no meio termo.

Aproxima-se, é certo, do quotidiano. O conceito de audiência presumida levado a efeito por Alfredo Vizeu (ou seja, a incorporação na Teoria da Notícia de uma reflexão atenta sobre as marcas que enunciam a

preocupação com a audiência) revela como essa quotidianidade se apresenta. Porém, ao mesmo tempo, também é a linguagem própria do jornalismo que aproxima a quotidianidade dos espaços de diferença e de estranheza. Não é exagero pois dizer que a linguagem jornalística é, tal como outras, mas de forma intensa do que outras, lugar de tensão entre a unidade e a pluralidade, entre o uno e o diverso, entre os fenómenos de objectivação e a introdução de novas dinâmicas. Tenta explicar a ciência, os fenómenos sociais, os fenómenos políticos de um modo que o sobressalto que eles introduzem no quotidiano seja suavizado. Por isso, a descrição que os jornalistas fazem da AIDS é diversa da do médico ou do especialista. Se a linguagem do jornalismo se ficasse numa espécie de entendimento acrítico do quotidiano podia tornar-se sensacionalista e reflectir apenas os preconceitos da comunidade. Porém, se ela se aproximasse da linguagem do especialista perderia a sua capacidade de tornar o que é difícil, mais acessível. Se na relação com as identidades, o jornalismo fosse pura reprodução do pensamento comum poderia ficar prisioneiro dos preconceitos, estereótipos e tipificações com base nas quais se ergue a componente menos dinâmica do mundo da vida. A sua natureza implica uma abertura descontraída à explicação do outro sem cair no pedagogismo mas tentando que a sua mensagem se incorpore na atitude natural dos cidadãos médios.

Numa clarificação destas hipóteses, surge a possibilidade de o jornalismo se afirmar como um lugar de referência. Tal lugar é um espaço próximo à quotidianidade, que transporta em si a tranquilidade próxima da atitude natural mas que incorpora um universo de realidades distantes que são clari-

ficadas de um modo didáctico que permite a fagocitação e absorção possíveis pelo mundo da vida. A criação deste lugar implica um conjunto de procedimentos que naturalizam, tranquilizam e familiarizam.

VIII

A estranheza é um elemento decisivo na obra de Alfred Schutz geralmente pouco explorado, apesar de presente na totalidade dos seus escritos. Judeu, austríaco, emigrante perseguido, dotado de talentos diversificados e até difíceis de conciliar, (forte habilidade económica e negocial, sensibilidade musical, paixão filosófica praticadas em doses quase iguais), o autor do ensaio “Realidades Múltiplas” viveu em condições (nomeadamente, condições de exílio forçado) que lhe permitiram ter uma percepção aguda de noções tão complexas como a de estranheza e de assimilação. Em “The Stranger” (1976: 91-105) faz questão de afirmar que o conhecimento do mundo do senso comum, próprio de uma comunidade bem integrada, possui uma aparência de coerência, clareza e consistência para os que dele participam, embora muitas vezes esteja apenas coberto por um manto de suposições e de ignorância. Recorrendo a este quadro conceptual, podem-se recolher elementos importantes para um tipo particular de estranheza: aquela que resulta de identidades diferentes das nossas. Uma forma de vida cultural caracterizada pela partilha de valores culturais diferentes (imaginemos um português que emigra para o Brasil ou vice-versa) confronta-se com uma diferença que não é propriamente comparável aquela que distingue o universo do quotidiano do universo do cientista. Ambos estão no plano da vida quotidiana mas há uma incoincidência

entre os seus quotidianos que é tanto mais incómoda quanto há, ao mesmo tempo, uma sensação de grande familiaridade resultante da partilha de uma língua parecida.

O sistema de conhecimentos das formações culturais transporta um certo grau de auto-evidência que se mantém até prova em contrário, pelo que implica a eliminação de questões problemáticas em contrapartida de receitas prontas para serem usadas. Ora, para o “estranho”, o padrão cultural que dá suporte a estas receitas não tem a mesma autoridade que possui para aqueles que o interiorizaram como fazendo parte da sua experiência vivida. Para o “estranho”, a cultura do grupo dominante nunca fez parte da sua biografia pessoal. Ele está, por definição, excluído das experiências passadas que permitiram a construção dessa cultura e a sua assimilação pelas pessoas que a integram. A sua fugaz presença torna-o frequentador de um espaço social ambíguo e mal delimitado.

Objecto de uma experiência de desenraizamento semelhante à de Schutz, Bauman (exilado pelas autoridades polacas) conduziu a problemática da estranheza ao seu limite, demonstrando como esta se coloca num espaço vulnerável para as tentativas de desconsideração da identidade. O “estranho” não se expõe, a maior parte das vezes, à experiência do reconhecimento mas é exposto, antes, a uma espécie de tranquilo aniquilamento. Amigos e inimigos colocam-se em oposição uns aos outros, sendo passíveis de desenvolverem entre si um confronto com repercussões éticas e políticas. Os primeiros – amigos – são os que os segundos – inimigos – não são e vice-versa. Porém os estranhos não são inimigo: não se encaixam. Por isso, se a pura afirmação da identidade, reduzida à sua condição mais brutal e pura, transporta con-

sigo os riscos de uma crueldade arrogante, a pura desqualificação da identidade é, também ela, uma forma de terror: a ignorância ou menosprezo por alguns dos elementos íntimos que permitem o reconhecimento de cada um como pessoa.

Pertencentes à família incómoda dos indefiníveis, os “estranhos” envenenam o conforto da ordem, paralisando o exercício da possibilidade classificatória. Permanecem, deste modo, não como inclassificados mas como inclassificáveis. Têm todas as marcas do inimigo, mas, ao contrário dos inimigos, não são mantido a uma distância segura: encontram-se entre nós e reivindicam até o direito de ser objecto de responsabilidade, o que é um atributo apenas reconhecido ao amigo (Bauman, 1995: 66 e 68).

Os “estranhos” são uma marca da modernidade tardia: desempregados num mundo onde o trabalho faz parte da normalidade mundana; apátridas porque viram diluir-se uma nação que tinham como um referente seguro; vítimas de uma assimilação fictícia, embarcam em comboios nocturnos com a ilusão de estarem demasiado integrados para que possam ser esmagados por um qualquer desvario político-ideológico que os classifique de parasitas; construtores de “pátrias exiladas” em bairros da capital, embora de África só conheçam o que lhes é contado, ambicionam uns ténis Nike porque querem calçar da mesma forma que os colegas ricos; velhos num mundo de jovens exuberantes. Não são bem inimigos mas são mal sucedidos no esforço para serem acolhidos no seio fraternal da amizade. De qualquer forma, não “nos pertencem”. O seu olhar sobre a identidade é vítima de um desenraizamento e de uma contingência que só ocasionalmente se pode tornar cultural e politicamente pro-

ditivo. Com efeito, “quando a identidade perde as âncoras que a faziam parecer “natural”, pré-determinada e negociável, a “identidade” torna-se cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós”” (Bauman, 2004. 30). Homens sem qualidade e sem vínculo, os estranhos liquefazem-se ou cristalizam-se em novas figuras que preenchem o esvaziamento das suas raízes identitárias.

IX

A necessidade de ter em conta a relação com a estranheza é fundamental para uma reflexão sobre as formas de inclusão e de exclusão e conseqüentemente, para a análise da “função” integradora e socializadora que os discursos centradas na informação pública – de que o jornalismo é um exemplo maior – são convidados a desempenhar. A problemática política e comunicacional do papel do jornalismo nas sociedades complexas tem um dos seus ângulos mais delicados na análise crítica das representações sociais das identidades.

Já vimos que o jornalismo vive numa dialéctica de tranquilização das suas audiências ao mesmo tempo que lhes fornece o contacto com o que é estranho. Ora, com toda a modéstia, entendemos que a função da comunicação mediática – também a do jornalista – é suscitar a aproximação de um modo tal que aquilo que é exótico, estranho ou inacessível, chocante ou simplesmente diferente, se aproxime das referências da nossa quotidianidade. Esta é a lógica que está por detrás deste exemplo, apresentado por Adriano Lopes Gomes da Universidade do Rio Grande do Sul no Congresso de Jornalismo e Ciências da Saúde levado a

efeito em 2005 na Universidade Fernando Pessoa. O trabalho do pesquisador refere o modo como a Secretaria de Estado do Rio Grande do Norte utiliza desde 1993 a literatura de cordel para campanhas de educação comunitária para a Saúde, como esta cançoneta popular que relata os perigos do HIV:

*Na rua onde residia
Ele era muito afamado,
Pois além de bonito
Tinha a fama de tarado;
Seu negócio era transar,
Mas não pensava em casar
Para não viver amarrado.
Cada dia uma mulher
Passava na sua mão
Como passa a ventania
Como faz o furacão.
Rompendo qualquer barreira,
Zé, com sua furadeira,
Não perdia a ocasião.*

Depois de contaminar a esposa e o filho de que ela se encontrava grávida, a cançoneta traz consigo a advertência:

*E seu João, todo saudade,
Faz seu alerta geral:
Use sempre camisinha
Na transa sexual,
Transe com a mesma pessoa
Pois vida é coisa boa
E AIDS é dor, grande mal.*

Trata-se evidentemente de uma estratégia que pretende pegar nos elementos formais da quotidianidade e re-utilizá-los no mundo da publicidade institucional. Este folheto demonstra como há uma questão cen-

tral nos *media* que pode bem ser aplicável ao jornalismo. Como trazer o que é distante para o mundo quotidiano, originando a acessibilidade sem destruir o rigor, nem ceder aos preconceitos do mundo da vida? Como exemplos desta dificuldade, Nelson Traquina recorda-nos a utilização da expressão “cancro dos homossexuais” para se referir ao SIDA, expressão esta usada num dos melhores jornais de referência portugueses: “O Diário de Notícias”. Da mesma forma recorda a divulgação do ícone de um fantasma associada à imagem do pavor e da morte relacionada directamente com a epidemia., (Correio da Manhã) (Traquina, 2001: 153-193; Traquina, 2004: 81: 107). (Traquina, 2004, 81: 107). Kinsella (citado por Correia, 2005) recorda como em 1989, *The Sun* apresentou um manchete que afirmava: “Straight Sex Cannot Give You AIDS”. Uma mensagem semelhante era repetida na primeira página do *Daily Mail* e *Daily Express*. O Editorial do *Sun* considerava as campanhas de saúde pública como “propaganda homossexual”. Acrescentava-se então: “Forget the television adverts, forget the poster campaigns, forget the endless boring TV documentaries and forget the idea that ordinary heterosexual people can contract AIDS”.

Num outro plano de abordagem dos temas que fogem ao quotidiano – neste caso, a diferença identitária e a guerra – o problema surge de novo. A grande questão é, neste caso, como tratar a diferença sem abolir o rigor. Como falar dos muçulmanos sem cair nalguns exemplos de histeria militante da FOX News, uma espécie de cruzamento letal entre uma espécie de herói dos jogos de consola com o jornalismo partidário? Como pode um jornalista muçulmano falar dos americanos sem se comportar como

um Hossana Bin Ladem armado de microfone? Se estas perguntas ainda são suficientemente extremas para poderem produzir respostas óbvias (pelo menos no plano da intenção e da ética), a questão aproxima-se mais do objecto deste trabalho quando a pergunta seguinte for: “é possível a um jornalista iraquiano mostrar os americanos comuns sem os estigmatizar com recurso a enquadramentos “fundamentalistas” “”? Ou é possível a um jornalista ocidental abordar os afegãos como gente comum que vive e sofre para além dos preconceitos? Mais ainda: é possível a um jornalista americano ou afegão fazer isto e trazer estas realidades que lhe são opostas para junto do mundo quotidiano dos seus sem provocar repulsa às suas audiências? E finalmente, será que para evitar a repulsa não se cai no risco de sacrificar a verdade aos preconceitos que estruturam esse mundo da vida? Quais são os limites da tradução da diferença?

No caso português, as representações mediáticas das identidades conhecem percursos muito diferenciados. A representação das etnias, eventualmente alvo de maior atenção por causa da sua dimensão e impacto na vida quotidianas, oscila entre as notícias sobre *gangs* e arrastões, quebra de segurança, delinquência de grupo, vigilância policial e histórias de racismo. Periodicamente, surgem notícias sob as condições de imigração. Frequentemente, pressente-se a curiosidade sobre os elementos exóticos das culturas urbanas.

A luta pelas audiências continua facilmente compatível com um registo estilístico que, frequentemente, corre o risco de uma estigmatização populista. Os episódios relacionados com o tratamento da prostituição brasileira em certas zonas do interior

do País revelam a preferência por um enquadramento marcado pelo choque de dois estereótipos identitários: o Portugal rural e profundo – “as mães” como se identificaram as mulheres de Bragança quando assinaram uma petição contra a abertura de cabarés na região versus a imagem sensual e atrevida da “brasileira” – as outras. A representação do chamado “arrastão” pelos *media* nacionais demonstrou as dificuldades com que se defronta a representação das identidades e das etnias e evidenciou a existência de tiques antropocêntricos e até de racismo ou de xenofobia mais ou menos subliminares ou manifestos (cfr. Correia, 2005: 40).

Metaforicamente, esta relação entre o que nos é estranho e o que nos é próximo poderia implicar a existência de d um *continuum* entre a) e b) [a _____ b] sendo “a”, a sintonia com a quotidianidade absoluta e “b” a diferença que se opõe sobre várias formas a essa quotidianidade. Em a) o jornalismo estaria, por exemplo, das características do senso comum enquanto em b) mais próximo das características do saber científico, seja ele de natureza exacta ou social. Em termos de operacionalidade, podíamos colocar a hipótese que a atitude que corresponderia a um melhor cumprimento profissional do contrato tácito estabelecido com os público estaria a meio entre a) e b), ou seja, suficientemente longe da vida quotidiana para significar algo de novo mas suficientemente chegado a a) para que não perdesse a relação com a audiência a que se dirige. Uma informação que atingisse este ponto ideal seria suficientemente clara, explícita e didáctica para poder ser absorvida pelo mundo quotidiano. Porém, seria suficientemente crítica para poder introduzir elementos de reflexividade crítica no mundo da vida.

Neste sentido, a referência ao jornalismo como uma teoria do conhecimento posta em prática” realça a sua natureza. Como parece admitir Meditsch (2002) na senda de Paulo Freire e Robert Park não faz sentido comparar o jornalismo com a ciência, mas apenas contar com a sua especificidade. O jornalismo abandona as pretensões de validade associadas à compreensão científica dos fenómenos mas fica além do simples funcionamento como caixa de ressonância dos valores comunitários. Não chega a atingir o momento em que colabora na actividade em que se desenvolverão as capacidades dos actores ganharem uma consciência crítica fundadora de um projecto interventivo no plano social ou outro. Não chega a atingir o verdadeiro estatuto de um *knowledge about*, para utilizar a expressão de James e de Park. Mas reúne algumas das condições que lhe permitem serem considerados como uma prática de conhecimento, um termo para o qual se denota a feliz confluência de atenção ao quotidiano que é tão importante em obras tão distintas como as Charles Sanders Pierce ou Dewey, António Gramsci e Paulo Freire, ao qual acrescentaria Schutz. Isto é, como forma de conhecimento, o jornalismo supera os limites do senso comum, ou pelo menos introduz uma utilização diferente dos dados apreendidos pela atitude natural na vida quotidiana. Induz o aparecimento de um cidadão bem informado mas fica numa zona que recusa o esoterismos das linguagens especializadas dos peritos. Nesse sentido, ele supera as distâncias entre as duas culturas de uma forma outra. Qualquer comunicador que se aproxima do quotidiano para o compreender sente, salvaguardadas algumas distâncias, algumas das obsessões dos cientistas sociais que nos finais do século XIX op-

taram por recusar o objectivismo e o cientismo que os chamava a olharem para os factos sociais como coisas. Como explica Vizeu (2006), em texto ainda inédito, “A eficácia da atividade jornalística e o Conhecimento do Jornalismo estão intimamente ligados ao que Freire (1995) colocava como a capacidade de abrir a *alma* da cultura, de aprender a racionalidade da experiência por meio de caminhos múltiplos, deixando-se *molhar, ensopar* das águas culturais e históricas dos indivíduos envolvidos na experiência. É dimensão crítica do conhecimento jornalístico, num imbricamento entre teoria e prática.” Vista de perto esta conclusão representa bem mais do que se possa pensar: com efeito, a própria ciência como Schutz, Apel, os Pragmatistas e muitos outros demonstraram também ela já acolhe uma maior abertura ao senso comum e à opinião pública, ao juízo colectivo e ao mundo da vida.

É comum olhar a informação generalista como associada ao mundo da atitude natural. O jornalismo escolhe como objectivo principal, a capacidade de se relacionar com a percepção mais óbvia e evidente do que é olhado como relevante. Para esse efeito, utiliza-se um enquadramento que possa ser compreendido pelo maior número possível de receptores e que seja, idealmente, olhado como passível de ser lido e assimilado independentemente das diferentes opções políticas e formação cultural dos seus membros. A preocupação evidenciada pelo estilo jornalístico em tornar as narrativas facilmente compreensíveis e reconhecíveis estaria associada a esta busca de uma sintonia ideal com a vida quotidiana dos seus cidadãos.

Apesar de tudo, há elementos que dificultam uma perspectiva unilateral:

A transformação sócio-cultural no sentido

da fragmentação de valores e de costumes tiveram repercussões que se fizeram sentir na sensibilidade para uma agenda mais centrada na problemática da cultura e das identidades: generalização do consumo de massas nos anos oitenta, o aumento da mobilidade física, a erosão dos costumes, a modificação do estatuto da mulher gerou alterações identitárias que se reflectem na percepção do corpo, na ideia de prazer, na organização da família, na noção de humor, na vivência da religião e nas formas de socialização.

A emergência de reivindicações e de movimentos relacionados com a política da vida – entendidas como conjunto de preocupações que emergem na *polis* e não se debruçam apenas sobre o devir do espaço público colectivo mas também sobre a realização individual, a definição individual e a escolha de estilos de vida – deram uma oportunidade para outros tipos de olhares jornalísticos mais sensíveis a este corpo de preocupações.

A busca de legitimidade cultural por parte de camadas sociais que finalmente ascendem à visibilidade pública e a mistura de elementos de cultura dita erudita com elementos de cultura popular contaminou o jornalismo, contribuindo para a generalização das notícias centradas no rosto humano e para a alteração de prioridades e critérios de noticiabilidade. Desde logo, a generalização de valores-notícia menos centrados na atenção ao destino colectivo, tornou possível outros olhares sobre as identidades minoritárias: espregueia-se o ridículo, a inversão, a falta ou o excesso, a curiosidade divertida ou um fascínio vagamente antropológico. Há uma espécie de desejo oculto de olhar o outro lado da “normalidade”, aquilo que não é percebido pela atitude natural.

Finalmente, num plano mais estrutural, o jornalismo está congenitamente ligado à industrialização, à urbanização, à mobilidade e à erosão das tradições. Um olhar mais atento, mostra, assim, como o *medium* de massa se torna um espaço do estabelecimento de transições mais ou menos bruscas com outras realidades diferentes da vida quotidiana. O jornalismo é cosmopolita. Apesar das enormes preocupações por parte de jornalistas, editores e proprietários em fazerem um produto isento de complexidades, que confirme as tipificações socialmente aceites no mundo da vida quotidiano, apesar da tendência para construir o mundo com base na experiência e em rotinas quotidianamente adquiridas, os *media* de massa encontram-se numa posição ambígua e reflectem as profundas contradições no seio do campo: imperativos concorrenciais cada vez mais agressivos, desejo de responder às audiências, fragmentação do mercado, imperativos deontológicos, cultura profissional, rotinas e disputas simbólicas entre fontes dotadas de acesso desigual entram em tensão.

As informações noticiosas estão longe de se reduzirem a um retrato do mundo. Em vez dos percursos lineares, unívocos e incontestáveis, chamam a atenção para caminhos estreitos e árduos onde fluem possibilidades erráticas, mal definidas, “estranhos” inclassificáveis que emergem no actual contexto de fragmentação da sociedade e do espaço público.

Encontra-se, assim, no jornalismo, os traços de um movimento de oscilação: oscilação entre um mundo da vida marcado pela tipicidade e pela familiaridade, onde as identidades se mantêm encerradas nas suas concepções relativamente naturais do mundo, surgindo reciprocamente como estranhas, e

outras realidades múltiplas, onde se assiste a uma reflexividade crescente por intervenção de sistemas de linguagem diferenciados. Na minha modesta opinião, a qualidade, termo estranho que tantas vezes nos faz pensar quando escrevemos uma notícia, é uma relação assintótica e ideal com um ponto onde por um instante fugaz atingimos esse equilíbrio. Ora é no regresso ao texto, na busca das marcas enunciativas do conjunto de características que integram esta noção de qualidade, esta busca insana desse equilíbrio, encontramos a possibilidade de tornar a nossa investigação operacionalizável.

Bibliografia

- Bakhtin, Mikhail (1981), *The dialogic imagination*: Austin: The University of Texas Press.
- Bauman, Zygmunt (1995), *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Zygmunt (2004), *Identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Benjamin, Walter, (1987), *Obras Escolhidas: Magia, Técnica, Arte e Política*, São Paulo, Brasiliense.
- Berger, Peter e Luckmann, Thomas (1973), *A construção social da realidade*, Petrópolis, Vozes.
- Castells, Manuel (2003), *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Downing John D. H. (2001), *Radical Media: rebellious communications and social movements*, Thousand Oaks, London, New Delhi.
- Correia, João Carlos, 2005, “O Jornalismo entre a ciência e a vida quotidiana” in Ricardo Jorge Pinto e Jorge Pedro Sousa “Actas do Congresso Jornalismo e Ciências da Saúde”, Porto, Universidade Fernando Pessoa. 2006.
- Correia, João Carlos (2005), “Jornalismo e realidades múltiplas: o “arrastão” e a representação mediática das identidades” in *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Revista Académica Semestral, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo e Mídia, Universidade Federal de Santa Catarina, Vol. 2, Nº 2, 2º Semestre de 2005.
- Esteves, João Pissarra (1998), *A ética da comunicação e os media modernos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica.
- Esteves, João Pissarra (2003), *Espaço Público e Democracia*, Lisboa, Edições Colibri.
- Gardiner, Michael (2004), “Wild publics and grotesque symposiums: Habermas and Bakhtin on dialogue, everyday life and public sphere”, in Crossley, Nick e Roberts, John Michael (Eds.), *After Habermas: new perspectives on public sphere*, Oxford, Blackwell Publishing.
- Giddens, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade pessoal*, Oeiras, Celta.
- Habermas, Jürgen (1987), *Théorie de l’agir communicationnel*, I, Paris, Fayard.
- Heller, Agnes (1982), *O homem do Renascimento*, Lisboa, Editorial Presença.
- Heller, Agnes (1999), *Una filosofía de la historia en fragmentos*, Barcelona, Editorial Gedisa.
- Izusquiza, Ignacio (1990), *La Sociedad sin hombres: Niklas Luhmann o la teoría como escándalo*, Barcelona, Anthropos.
- Kellner, Douglas (2001), *A cultura da mídia - Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*, São Paulo, EDUSC.
- Luhmann, Niklas, (1996), *Introducción a la teoría de Sistemas*, Mexico, Iberoamericana
- Meditich, Eduardo (2002), *A Filosofia de Paulo Freire e as práticas cognitivas do jornalismo*. Comunicação originalmente apresentada no VI Congresso da Brazilian Studies Association (BRASA VI) Atlanta (USA), 4 a 6 de Abril de 2002, dentro do painel: The Past and the Future of Journalism: Representation, Pedagogy and Digital Communication, sob a coordenação de Raul Reis.
- Sartre, Jean-Paul (1999), *O Ser e o nada*, Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes.
- Riesman, David et al. (1961), *The Lonely Crowd*, New Haven and London, Yale University Press.
- Saperas, Enric (1993), *Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Porto, Asa.

- Schutz, Alfred, (1967) *The Phenomenology of social world*, Evanston, Illinois, Northwestern University Press.
- Schutz, Alfred (1962), *Collected papers: the problem of social reality*, Vol. I, The Hague, Martinus Nijhoff.
- Schutz, Alfred (1976), *Collected papers: studies in social theory*, Vol. II, The Hague, Martinus Nijhoff.
- Schutz, Alfred (1975), *Collected papers: studies in phenomenological philosophy*, Vol. III, The Hague, Martinus Nijhoff.
- Schutz, Alfred e Luckmann (1973), Thomas, *The structures of life-world I* Evanston, Illinois, Northwestern University Press.
- Simmel Georg (1984), *On Individuality and Social Forms*, Chicago, The Chicago university Press.
- Simmel, Georg (1994), *La tragédie de la culture*, Paris, Rivage.
- Traquina, Nelson (1997), *Big show media*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Tuchman, Gaye (1978), *Making the News : a study in the construction of reality*, New York, Free Press.
- Vanderberghe, Frédéric (1997), *Une histoire critique de la sociologie allemande: aliénation et réification, Tome I*, Paris, La Découverte.
- Vattimo, Gianni (1992), *A sociedade transparente*, Lisboa: Relógio d'Água
- Vizeu, Alfredo, *O lado oculto do telejornalismo*. Florianópolis: Calandra,.
- Vizeu, Alfredo Vizeu e Correia, João Carlos (2006), *O jornalismo como lugar de referência* (Covilhã e Pernambuco, Texto Inédito).
- Wiggershaus, Rolf (2002), *A Escola de Frankfurt*, Rio de Janeiro, Diefel.